

INQUIETAÇÕES COM O SISTEMA DE DEFESA ANTIMÍSSEIS NA EUROPA

Luís Eduardo Saraiva

Oficial do Exército na reserva e Doutor em Relações Internacionais na
Universidade Lusíada de Lisboa.
email: luís.saraiva@defesa.pt

Resumo: Estará em curso uma nova época de Guerra fria? Os russos mostram-se apreensivos quanto à hipótese de o sistema AEGIS e as novas iniciativas de dissuasão nuclear da NATO se estarem a posicionar visando a Rússia como alvo primário e não, de acordo com o discurso oficial norte-americano, o Irão ou quaisquer Estados-párias. Este texto argumenta que a NATO e os EUA ainda não deram suficientes garantias de que a Rússia não é o alvo dos novos sistemas, o que poderá levar a uma nova era de corrida aos armamentos e quiçá, proporcionar o ambiente propício ao desenvolvimento de uma nova era de Guerra-Fria.

Palavras-Chave: Dissuasão nuclear / Rússia / sistema antimísseis / Irão

Abstract: Is a new Cold War being prepared? The Russians are concerned with the hypothesis that the AEGIS system and the new NATO initiatives being deployed are directed to Russia as a primary target and not Iran or any other rogue state, in accordance with the indications of the American authorities. This paper argues that NATO and the USA did not give yet any guarantee that Russia is not the target of the new systems, what can lead to a new arms race and maybe would develop the conditions similar to those of the Cold-war Era.

Key-Words: Nuclear deterrence / Russia / Antimissile systems / Iran

1. Introdução

A recente decisão dos EUA de instalarem um sistema antimísseis na Europa, em que a República Checa, a Polónia ou a Roménia, para além de outras possibilidades, seriam os hospedeiros, sobressaltou e irritou a Rússia e levou a um amplo debate que ainda decorre. No entanto tal sistema de armas faz parte do cenário europeu já há algumas décadas e pareceria que nada de novo se estaria a desenrolar. Adicionalmente, a Rússia já não seria o adversário perante o qual seria necessário levantar armas, tendo-se mesmo mostrado disponível, após convite dos Estados Unidos e da NATO, para colaborar e participar em sistemas comuns de comando e controlo. Entretanto também a Turquia já se mostrou disponível para receber parte do sistema, o que dá força ao argumento Norte-americano de que o sistema visaria ameaças nucleares emergentes vindas de Estados párias do Médio Oriente. No entanto, apesar de os EUA continuarem a afirmar que tal dispositivo se destina essencialmente a proteger a Europa de ataques nucleares de surpresa lançados de países como o Irão, este argumento parece não ter convencido muitos daqueles atores do sistema internacional que virão a ficar ao alcance destas armas. A Rússia tem tentado apresentar evidências de que os EUA estarão a rodear os vastos territórios da Federação Russa com um sistema de mísseis que visam o seu território e não quaisquer outras potências.

A argumentação deste trabalho é que, embora existam razões que assistem aos dois lados, o que fica por estabelecer claramente é se o alvo último dos sistemas antimísseis é ou não a Rússia ou então outras potências emergentes com interesse na Europa ou com vontade de alterarem o regime atual, incluindo países que ameaçariam a paz mundial através da promoção do desenvolvimento de armas nucleares, como o Irão.

2. Antecedentes

Quais foram as condições que levaram à renovação da defesa antimíssil na Europa? Durante a Guerra Fria, as forças nucleares da NATO tinham jogado um papel central na estratégia de resposta flexível da Aliança. Para evitar um novo grande conflito na Europa, as armas nucleares foram integradas na estrutura

global de forças da NATO, e a Aliança manteve uma variedade de planos de ataque que poderiam ser executados com reduzido pré-aviso. Este papel englobava altos níveis de prontidão e posturas de alerta de reação rápida em partes substanciais das forças nucleares.¹ A validade do propósito desta Aliança mostrou-se assim claramente durante todo o período da Guerra Fria.

Após a Guerra fria o papel da NATO e nomeadamente das suas forças nucleares parecia menos claro. Mas a Cimeira de Washington de Abril de 1999, notando embora que o clima de segurança Euro-Atlântico tinha mudado radicalmente, sublinhava na altura o advento de novos desafios, como a eventual proliferação de armas de destruição maciça, o que levava necessariamente a relevar de novo o papel da NATO e a determinação de se manterem as capacidades militares necessárias para cumprir a panóplia completa de missões da Aliança.² Assim, evitou-se o desmantelamento de todo o arsenal nuclear, embora tivessem decorrido grandes reduções, acompanhadas de iguais iniciativas pela Federação Russa.

Adicionalmente a Cimeira de Lisboa de 2010 parece ter reencaminhado os destinos da NATO, depois de uma fase de grandes indecisões quanto ao seu futuro. Assim também a sua componente de dissuasão nuclear foi alvo de grandes mudanças, refletidas nos conteúdos da Declaração da Cimeira de Lisboa.³

Aí se afirma que o novo conceito estratégico sublinha o compromisso da Aliança de assegurar as capacidades necessárias para deter qualquer ameaça à segurança das populações e territórios dos países aliados. Para essa finalidade, a NATO manterá um conjunto de forças convencionais, nucleares e de defesa antimíssil em que esta se tornará parte integral da postura de defesa global da Aliança. O objetivo será incrementar a dissuasão como um elemento crucial da Defesa coletiva, contribuindo para segurança da Aliança, que esta considera indivisível.⁴

Apesar de tudo o que foi decidido e aprovado em Lisboa, o Conselho do Atlântico Norte foi também incumbido de continuar a rever a postura global da NATO no que concerne à dissuasão e defesa contra o espectro geral de ameaças que se poderiam apresentar perante a Aliança, isto tendo em consideração as mudanças constantes no ambiente internacional de segurança. A revisão é solicitada a todos os aliados na base de uma postura de dissuasão e de defesa como acordado no Conceito Estratégico, tendo em consideração a proliferação das Armas de Destruição Massiva e mísseis balísticos. Deverão ser incluídas aqui as capacidades estratégicas da NATO consideradas necessárias, incluindo a nuclear⁵, e a defesa antimísseis e outros meios de dissuasão e defesa estratégicas.⁶

¹ NATO Handbook. 2001. NATO Office of Information and Press. Brussels, p. 53

² Idem.

³ NATO Lisbon Summit Declaration. 2010. [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_68828.htm?mode=pressrelease, visitado em 6 de Dezembro de 2011].

⁴ Idem.

⁵ Isto aplica-se unicamente às armas nucleares atribuídas à NATO.

⁶ Idem.

O início do presente sistema de defesa antimísil da NATO

Em 2001 era anunciada a formação do Team Janus, um conjunto de empresas, entre as quais a Lockheed Martin Missiles and Fire Control e uma série de outras companhias internacionais ligadas à indústrias aeroespacial e de defesa. Este consórcio foi encarregue de elaborar um estudo sobre a possibilidade de se estabelecer uma NATO Theatre Ballistic Missile Defence (TBMD), um sistema de defesa contra mísseis balísticos. Estavam também ligadas a estas empresas outras empresas fornecedoras de serviços de apoio com origem na Grécia, na Espanha, na Holanda, na Turquia e nos EUA.⁷

Mas embora o consórcio só tivesse visto a luz do dia em 2001, a necessidade do estudo de que foi incumbido já anteriormente tinha sido estabelecida no âmbito da política da NATO relativa à expansão do sistema de Defesa Aérea, no que era conhecido como a Extended Air Defence. Assim, em 1993 o Conselho da NATO aprovou um quadro conceptual para a extensão da defesa aérea, necessidade identificada pelo Comité da Defesa Aérea, para fazer face aos mísseis balísticos táticos. Quatro anos depois, em 1997, o Comité Militar da NATO aprovava uma Necessidade Operacional Militar para uma TBMD. Em 1998 a Conferência de Diretores Nacionais de Armamento aprovou um plano de programa para a aquisição de uma TBMD que respondesse ao requisito identificado. Partir destas iniciativas começou a delinear-se um sistema cujo natureza e objetivo os resultados da Cimeira da NATO em Lisboa, e o tratado com este nome, ajudariam a compreender.

A Cimeira de Lisboa

A Cimeira de Lisboa, em Novembro de 2010, vem reforçar e sublinhar as características da NATO como uma aliança nuclear, através do novo Conceito da Aliança, aí aprovado: enquanto houver armas nucleares no mundo, a NATO continuará a ser uma Aliança Nuclear.

Definindo as três tarefas fundamentais da NATO – defesa coletiva, gestão de crises e segurança cooperativa – a Estratégia reforça a ideia de que a Aliança deterá e se defenderá de qualquer ameaça de agressão e contra quaisquer desafios emergentes à segurança que possam pôr em causa a segurança fundamental dos aliados, seja isoladamente seja à Aliança como um todo.

⁷ Cf. Team Janus Formed to Compete for NATO TBMD Feasibility Study Contract - Lockheed Martin Leads International Team (DALLAS, TX, April 2nd, 2001): The Team Janus consortium is composed of the following companies: Lockheed Martin Corporation acting through Lockheed Martin Missiles and Fire Control (U.S.), Aerospatiale Matra Missiles (France), Alenia Marconi Systems (UK and Italy), BAE SYSTEMS, EADS/LFK-Lenkflugkorpersysteme GmbH (Germany) acting also for Military Aircraft, Ground Radars and ASTRIUM GmbH, Matra-BaE Dynamics (France and UK), and TRW Space and Missile Systems Division (U.S.). Craig Vanbebber, Senior Manager - Media & Trade Relations. 972-603-1615. [http://www.lockheedmartin.com/news/press_releases/2001/TeamJanusFormedCompeteForNATOTBMDFe.html, página visitada em 6 de Novembro de 2011].

A Cimeira de Lisboa também caracteriza um novo ambiente de segurança que dá novas formas à postura da NATO. Assim, a NATO garantirá segurança contra a ameaça de mísseis balísticos⁸, mas também contra o terrorismo, a instabilidade ou conflitos fora do espaço euro-atlântico, a ataques cibernéticos, a quebras no fornecimento de energia e ainda a graves crises ambientais ou energéticas.

O texto da declaração de Lisboa afirma que as ameaças às populações, territórios e forças europeias da NATO, colocadas pela proliferação de mísseis balísticos está a aumentar. Como a uma defesa antimíssil constitui parte de uma resposta alargada a essa ameaça, os aliados decidiram que a Aliança desenvolveria uma capacidade de defesa antimíssil, como forma de fazer face a essa ameaça. Para este fim decidiram que fosse expandido, para além da proteção das forças NATO no terreno, o alcance das capacidades de Comando, Controlo e Comunicações dos programas da Defesa antimísseis balísticos designada por Active Layered Theatre Ballistic Missile Defence (ALTBMD), para incluir também as populações e território. Foi nesse sentido que a Aliança deu as boas-vindas à iniciativa Norte-Americana European Phased Adaptive Approach (APAA) como uma contribuição voluntária para a arquitetura de defesa antimísseis, tal como acolherá outras contribuições voluntárias dos aliados. Assim foi o Conselho do Atlântico Norte encarregue de desenvolver até março de 2011, no âmbito da reunião dos ministros da defesa, acordos sobre mecanismos de consulta, de comando e de controlo sobre defesa antimísseis. Adicionalmente o Conselho ficou encarregue de gizar um plano de ação sobre as fases necessárias à implementação da capacidade de defesa antimíssil a ser apresentado na reunião de ministros de defesa em Junho de 2011.

O texto do novo conceito reafirma clara e repetidamente que a NATO é uma aliança nuclear e a dissuasão, baseada numa combinação de capacidades nucleares e convencionais, permanece o fator central da sua estratégia geral. Assim, a garantia suprema de segurança dos aliados é dada pelas forças estratégicas nucleares da Aliança. É por isso que o novo texto de Lisboa sublinha a vontade de se desenvolver a capacidade de defesa contra ataques com mísseis balísticos como elemento crucial da defesa coletiva. No entanto procurará ativamente promover a cooperação com a Rússia e outros parceiros.

Na verdade, embora o fim da Guerra Fria tenha levado a uma grande redução do número de armas nucleares estacionadas na Europa, a NATO acabou por reafirmar em Lisboa que procurará criar as condições para continuar o processo de mais reduções no futuro. Esta postura parece reafirmar que a NATO não será uma ameaça para a Federação Russa, uma das mensagens mais claras e diretas do tratado de Lisboa. Pelo contrário, esse texto afirma que a NATO continuará a envidar esforços para que seja desenvolvida uma verdadeira parceria estratégica

⁸ NATO Lisbon Summit Declaration. 2010. [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_68828.htm?mode=pressrelease, visitado em 6 de Dezembro de 2011]

com a Rússia.

3. Quem quer o sistema de defesa antimísil?

Quem quer o sistema antimísseis na Europa? Sem dúvida os novos aliados de Leste, pois querem garantir a segurança contra uma Rússia que ainda os amedronta. Esta projeta uma sombra demasiado grande sobre os antigos satélites da ex-União Soviética. Assim, não é despiciente afirmar que esses países preferem acolher-se à sombra de uma aliança de defesa que garantiu a liberdade dos seus aliados durante meio século. No entanto, outros países, por uma razão ou por outra, também são adeptos do novo sistema. E não são todos europeus ou da NATO. Os argumentos dos defensores dos novos sistemas de defesa antimísil passarão um pouco por aí, o que também justificará algumas das razões que levaram à decisão de certos países europeus acolherem parte dos equipamentos de defesa antimísil.

No entanto, ou por causa dessas mesmas razões, são de colocar em cima da mesa algumas questões. A primeira diz respeito à disponibilidade da Turquia em acolher parte do novo sistema antimísseis, pondo fim a um período de birra com os EUA, que se terá iniciado com a recusa de autorização de utilização do seu território e espaço aéreo para os EUA acederem ao Iraque. Claro que esta disponibilidade da Turquia constitui também um fator de poder para este país, na medida em que apoia as suas aspirações regionais. Apesar disso e mesmo por causa disso, poder-se-á garantir que a Turquia estará sempre dentro de todos e quaisquer sistemas de defesa da Europa, como o presente sistema de defesa antimísseis?

Outra questão prende-se com a relevância do novo sistema para o posicionamento regional de Israel. Assim, que pensará Israel da nova estrutura antimísil? Servirá os seus interesses de defesa, constituindo-se como um muito importante reforço da sua própria capacidade de dissuasão na região?

Uma outra questão prende-se com as inquietações misturadas com esperança que advêm da agitação dos povos do Magrebe e Mashreque. O flanco Sul da Aliança Atlântica nunca mereceu muita importância, especialmente durante a Guerra-fria quando o adversário se identificava claramente a Leste e noutros pontos do planeta só se desenrolavam conflitos por interposta pessoa. Assim é de questionar se a primavera árabe criará uma zona de amizade e segurança no flanco Sul da NATO, potenciando-se nesta região a Parceria para a Paz (PfP) promovida desde o final da Guerra fria pela NATO?

Uma outra questão prende-se com o novo vigor da Espanha no seio da NATO, que se materializou nos últimos tempos com a sua aceitação de receber na base de Rota, no Sul espanhol, parte do sistema antimísil norte-americano. A Espanha aparece assim, cada vez mais, como um aliado relevante no flanco Sudoeste, em substituição de Portugal, cujo Comando NATO instalado no seu

território vai perdendo cada vez mais importância, com tendência a tornar-se irrelevante. Vai-se assim materializando uma aspiração atlantista (e também mediterrânica⁹) de Espanha, que se começou a delinear desde a sua adesão à NATO na década de 1980. Do ponto de vista dos Aliados a Espanha é uma aposta melhor que Portugal, contando com uma posição geográfica mais central em termos europeus, dispondo de melhores recursos de defesa e politicamente mostrando-se mais disponível para se empenhar nos compromissos de defesa coletiva. É de salientar que a grande vantagem de Portugal – que levou mesmo o país ser convidado para uma aliança de democracias na altura em que estava submetido a um sistema político autoritário – era os EUA disporem de uma base a meio do Atlântico, os Açores, quando as capacidades logísticas e a tecnologia da altura não permitiam as autonomias atuais dos meios estratégicos. Tornou-se irrelevante esta vantagem o que, conjugado com a exiguidade das suas capacidades militares e o seu diminuto contributo para o orçamento da Aliança, acabaram por sublinhar as vantagens comparativas de Espanha.

4. Quem se opõe?

Não são muitas as vozes que se levantam contra as novas estruturas antimísseis na Europa. Dentro do espaço geográfico que se chama Europa, a Rússia constitui incontornavelmente aquela potência que apresenta maiores dúvidas sobre a bondade dos sistemas, seja o AEGIS norte-americano seja a sua versão NATO.

Na Declaração formal da Cimeira de Lisboa, a Aliança convidou a Rússia a intensificar a sua cooperação em áreas onde existissem interesses comuns, inclusive no desenvolvimento da capacidade antimísil para proteger populações, territórios e forças europeus. A Rússia foi mesmo convidada a voltar a participar em exercícios conjuntos no âmbito da defesa antimísil. Dando as boas vindas à conclusão do novo tratado START, a NATO transmitiu a mensagem de que esperava da Rússia passos que conduzissem à sua ratificação e implementação. Com as alterações do ambiente de segurança desde o fim da Guerra-fria, foi reduzido drasticamente o número de armas nucleares estacionadas na Europa, esperando a NATO que tal processo pudesse continuar no futuro.¹⁰ Bom, isto foram as declarações em Lisboa, diferente foram os passos dados, segundo se queixavam as autoridades russas.

Os receios e desconfianças da Rússia têm sido uma constante em todo o processo de transformação da NATO e foram incrementados com as recentes decisões relativas ao sistema antimísseis. Mas os argumentos em favor do sistema têm apontado noutras direções a justificação para implementação do sistema.

A Rússia, Conforme escreve Loureiro dos Santos: é outro ator estratégico

⁹ Como muito bem notou José Fânzeres em recente conversa com o autor sobre este tema.

¹⁰ NATO Lisbon Summit Declaration. 2010. [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_68828.htm?mode=pressrelease, visitado em 6 de Dezembro de 2011].

que, presentemente, convém considerar ao mesmo tempo que a Europa (A outra Europa). Saída da implosão da União Soviética, a sua situação aparente o percurso de uma longa transição, no fim da qual os russos pretenderão readquirir uma posição mundial de grande afirmação: Porventura, semelhante à que a União Soviética atingiu no seu auge ou, pelo menos, retomar um papel de primeiro plano no equilíbrio de forças europeu, como já teve no passado.¹¹

As pretensões regionais do Irão

Os sistemas antimísseis que a NATO (nomeadamente os EUA) vem desenvolvendo visam formalmente fazer face a ameaças que se perfilam no horizonte, como muito claramente parece ser o caso do Irão. Este país assinou em 17 de Dezembro de 1974 um acordo com a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) sobre garantias (salvaguardas) relativas ao tratado de não proliferação de armas nucleares¹², onde se comprometia a cooperar com a Agência para facilitar a implementação das salvaguardas providenciadas por aquele documento. Na verdade, parece que tem sido usada por aquele país toda uma série de artimanhas para se esquivar à supervisão oficial e legal da AIEA sobre os projetos iranianos em desenvolvimento relacionados com o enriquecimento de urânio. Por outro lado, o Irão tem aperfeiçoado tecnologia de foguetes, incluindo os estudos de adaptação dos sistemas da Coreia do Norte. Com uma população de mais de 69 milhões de habitantes e sendo um dos países com mais importantes reservas de petróleo e de gás natural, além de carvão e urânio, o país tem ambições hegemónicas regionais, rivalizando naturalmente com Israel e com a Turquia, para além da Arábia Saudita.

Segundo relatório da AIEA de 2009¹³ as últimas estatísticas do Ministério da Energia indicavam reservas de petróleo de cerca de 138, 22 mil milhões de barris de petróleo e de 28,13 biliões de metros cúbicos de gás em 2006. As reservas de gás dão ao Irão, teoricamente, um período de extração de gás de 166 anos, ao nível de exploração atual. Também as reservas de carvão são estimadas em 11 mil milhões de toneladas, embora a capacidade de exploração, com a tecnologia atual, se situe em cerca de 8,5%.

Os recursos em urânio não são completamente conhecidos, pois anteriormente eram considerados escassos. A primeira tentativa da AIEA de conhecer as atividades de exploração contabilizou a existência de cerca de 3000 toneladas de urânio já explorados. No entanto os cálculos apontam para a existência de cerca de 20.000 a 30.000 toneladas de U308, no subsolo iraniano. Isto

¹¹ General Loureiro dos Santos. 2003. *A Idade Imperial – a Nova Era*. Publicações Europa-América: Mem Martins, p. 115.

¹² Cf. Doc. Em www.iaec.org/Publications/Documents/Infcircs/Others/Infcir214.pdf, consultado em 14Nov11.

¹³ www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/CNPP2009/countryprofiles/Iran/Iran2008.htm, em 14 Nov11.

implica que o país terá reservas suficientes para fornecer o minério necessário no futuro para as suas centrais nucleares.

A situação da energia nuclear iraniana teve diversas fases, desde que foi iniciada em meados dos anos 1970. Um grande programa de energia nuclear foi iniciado em meados de 1970 com o início da construção de duas centrais com 1294 megawatts de potência em Busher, que foi suspensa em 1979. O programa recomeçou em 1991, após acordo com a China para o fornecimento de duas unidades de 300 MW de potência. Este acordo foi confirmado em 1993 mas nunca concretizado. Em 1992 o Irão tinha feito um acordo com a Rússia visando a utilização pacífica de energia atômica, o que resultou na decisão de completar a unidade n.º 1 de Busher com um reator de tipo WWER-1000.¹⁴

O Departamento iraniano responsável pelas centrais nucleares está a levar a cabo um conjunto de atividades incluídas no seu 4.º Plano Quinquenal em que se destaca a aprovação do plano para a construção de uma capacidade total de geração de energia nuclear de 20.000 megawatts até 2025.

Atualmente, o Departamento iraniano responsável pelas centrais nucleares está a levar a cabo um conjunto de atividades incluídas no seu 4.º Plano Quinquenal em que se destaca a aprovação do plano para a construção de uma capacidade total de geração de energia nuclear de 20.000 megawatts até 2025.

O Irão dispõe de uma instalação de tratamento de urânio que produz algumas das fases do material combustível nuclear, que pode ser utilizado para a produção de energia e também para reatores de pesquisa. Os serviços de gestão de resíduos estão sob a responsabilidade da organização iraniana de energia nuclear.

De tudo o que acima se assinalou, deduz-se que o Irão tem a capacidade para se tornar um dos grandes fornecedores de energia de origem nuclear a nível mundial, desenvolvendo também o uso de centrais nucleares, as atuais de origem russa. Assim, não é despendiêda a cautela que a Comunidade Internacional põe sobre a interpretação das verdadeiras intenções do Irão para o futuro. Conforme assinala Reis Rodrigues, num artigo publicado em 16 de Novembro no Jornal Defesa e relações Internacionais (on-line)¹⁵ Não há qualquer consenso sobre as medidas que devem ser tomadas contra o Irão em face de novas evidências a contrariar frontalmente a tese de Teerão de que o programa nuclear iraniano visa exclusivamente fins pacíficos (...) Se esta acabar por se verificar (...) crescerá o risco de um confronto nuclear bilateral entre Israel e o Irão.

5. A Guerra fria não acabou?

¹⁴ Dados da IAEA.

¹⁵ Alexandre Reis Rodrigues. 2011. Que deve ser feito em relação ao Irão? In Jornal de Defesa e Relações Internacionais [<http://www.jornaldefesa.com>, visitada em 17 de Novembro de 2011].

Finalmente analisemos brevemente o cenário atual de forma a vislumbrar se existe ou não uma tendência para se regressar às tensões de política global que caracterizaram o período denominado Guerra-fria. É de notar, de qualquer modo, que alguns autores sempre usaram de cuidado nas afirmações a propósito do fim desse período. Ao terminar o seu livro (publicado em 2000 na sua versão original), *Compreender os Conflitos Internacionais*, Joseph S. Nye notava que A Guerra Fria pode ter terminado, mas não a era das armas nucleares e não convencionais.¹⁶

A NATO, na Cimeira de Lisboa, convidou formalmente a Rússia a participar nos sistemas de comando e controlo da defesa antimísil na Europa. Este gesto é uma forma de demonstrar as intenções da Aliança de levantar um sistema não contra a Rússia, mas sim contra ameaças de diferente origem.¹⁷

No entanto, autores defensores de argumentos mais fortes, onde se poderá talvez detetar algum anti-americanismo, como F. William Engdahl, encontram aspetos inquietantes no processo de intenções da Aliança e dos EUA. Conforme nota Engdahl, a maior parte do mundo civilizado estará completamente inconsciente de que o mundo está a marchar inevitavelmente para uma cada vez mais provável guerra nuclear preventiva. E não se tratará do confronto entre Irão e Israel, mas sim da decisão de Washington e do Pentágono de encurralar Moscovo com o que é eufemisticamente chamado – segundo afirma – Defesa contra Mísseis Balísticos (BMD).¹⁸

De qualquer modo, enquanto os EUA e a NATO renovam sistemas de mísseis na Europa, na Polónia, Roménia, Bulgária e na Turquia, com apoios em Espanha e noutros pontos do globo, a Federação Russa declara-se, nas palavras do Presidente Medvedev, preparada para instalar os seus mísseis nas fronteiras com a UE, entre a Polónia e a Lituânia, e, talvez mesmo, no seu flanco Sul, junto à Geórgia e à Turquia. Anunciou mesmo na televisão russa que A Federação Russa instalará a Oeste e a Sul do país modernos sistemas de armas que poderão ser utilizados para destruir a componente europeia do sistema de mísseis norte-americanos¹⁹. Um desses passos poderia ser a instalação dos sistemas de mísseis Iskander em Kaliningrado, enclave russo dentro do espaço UE.

Para além destas declarações, o presidente russo terá, segundo Engdahl,

¹⁶ Joseph S. Nye. 2002. *Compreender os Conflitos Internacionais*. Gradiva, Lisboa, p. 178.

¹⁷ We will continue to explore opportunities for missile defence co-operation with Russia in a spirit of reciprocity, maximum transparency and mutual confidence. We reaffirm the Alliance's readiness to invite Russia to explore jointly the potential for linking current and planned missile defence systems at an appropriate time in mutually beneficial ways. NATO Lisbon Summit Declaration. 2010. [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_68828.htm?mode=pressrelease, visitado em 6 de Dezembro de 2011].

¹⁸ F. William Engdahl. 2011. Why Moscow does not trust Washington on Missile Defence. In *Voltaire Network* [www.voltairenet.org/Why-Moscow-doesn-t-believe, descarregada em 6 de Dezembro de 2011].

¹⁹ Idem.

tomado algumas medidas. Terá ordenado ao ministro da defesa russo para colocar sistemas de radar em Kaliningrado, solicitado que fosse aumentado o alcance das forças nucleares estratégicas da Rússia e que se reequipasse o arsenal nuclear com novas ogivas capazes de perfurar o escudo de defesa EUA/UE (escudo que estará operacional em 2018). Terá também ameaçado tirar a Rússia do novo tratado de redução de mísseis START se os EUA derem os passos que anunciaram.²⁰ Na verdade os EUA ainda não foram capazes de dar garantias aos russos de que os sistemas que vêm desenvolvendo e instalando não pretendem ter Moscovo como alvo, mas sim estados párias como será atualmente o Irão. E enquanto essas garantias não forem dadas é de todo lógico que os russos se vejam como alvos.

6. Bibliografia

- Engdahl, F. William. 2011. Why Moscow does not trust Washington on Missile Defence. In *Voltaire Network* [www.voltairenet.org/Why-Moscow-doesn-t-believe, descarregada em 6 de Dezembro de 2011].
- NATO Handbook. 2001. NATO Office of Information and Press. Brussels.
- NATO Lisbon Summit Declaration. 2010. [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_68828.htm?mode=pressrelease, visitado em 6 de Dezembro de 2011]
- Joseph S. Nye. 2002. *Compreender os Conflitos Internacionais*. Gradiva, Lisboa.
- Rodrigues, Alexandre Reis. 2011. Que deve ser feito em relação ao Irão? In *Jornal de Defesa e Relações Internacionais* [<http://www.jornaldefesa.com>, visitada em 17 de Novembro de 2011].
- Santos, General Loureiro dos. 2003. *A Idade Imperial – a Nova Era*. Publicações Europa-América: Mem Martins, p. 115.

²⁰ Idem.